

Bolsonaro diz que estuda projeto de lei para mudar ICMS sobre combustíveis

Presidente nega interferir no preço da Petrobras e afirma que também estuda reduzir PIS e Cofins

Fábio Pupo e Gustavo Uribe

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou nesta sexta-feira (5) que o governo estuda apresentar um projeto de lei ao Congresso para que o ICMS (um imposto estadual) passe a ser cobrado sobre o preço nas refinarias, e não nos postos de gasolina.

“Caso seja juridicamente possível, apresentaremos na próxima semana, fazendo com que o ICMS venha a incidir sobre o preço do combustível nas refinarias. E quem vai definir esse percentual? Serão as respectivas Assembleias Legislativas”, afirmou o presidente.

O governo federal tem discutido eventuais formas de compensar a alta no preço dos combustíveis, que tem levado a movimentos grevistas de caminhoneiros. Nesta semana, no entanto, um ato marcado por parte da categoria fracassou.

Segundo Bolsonaro, o projeto busca dar mais previsibilidade aos valores cobrados. “Prendemos fazer um projeto de lei complementar a ser apresentado ao Parlamento de forma que a previsibilidade do ICMS se faça presente, assim como o PIS/Cofins, em que temos um valor fixo para o preço do litro de R\$ 0,35”, disse.

O preço do combustível nas refinarias, etapa anterior à chegada do produto aos postos de gasolina, é mais baixo. “Se o estado está arrecadando ‘X’ por litro de combustível usando uma metodologia, vai arrecadar com nossa proposta ‘menos X’ por outra metodologia”, afirmou o presidente da República.

Apesar de falar na menor tributação, Bolsonaro disse em outro momento que acredita que não haverá impacto fiscal para os estados.

“Quem vai definir o valor fixo de ICMS é a sua respectiva Assembleia Legislativa. Não vai haver nenhuma interferência nossa do que é acordado pelos senhores governadores”, afirmou. “E cada estado poderá fazer o valor fixo para ICMS. Teremos uma concorrência leal e saudável entre os estados”, disse.

Há mais de um ano, Bolsonaro responsabiliza governadores pelo aumento de preço nas bombas. Em fevereiro de 2020, o presidente criticou os estados falando que o valor do tributo prejudicava o consumidor e que uma possível medida seria uma lei complementar para o ICMS passar a ser um valor fixo por litro, e não mais aplicado à média de preços nas bombas.

O anúncio desta sexta foi feito por Bolsonaro ao lado dos ministros Walter Braga Netto (Casa Civil), Paulo Guedes (Economia), Tarcísio de Freitas (Infraestrutura), Bento Albuquerque (Minas e Energia) e Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo).

Os membros do governo ainda estudam a viabilidade jurídica da proposta.

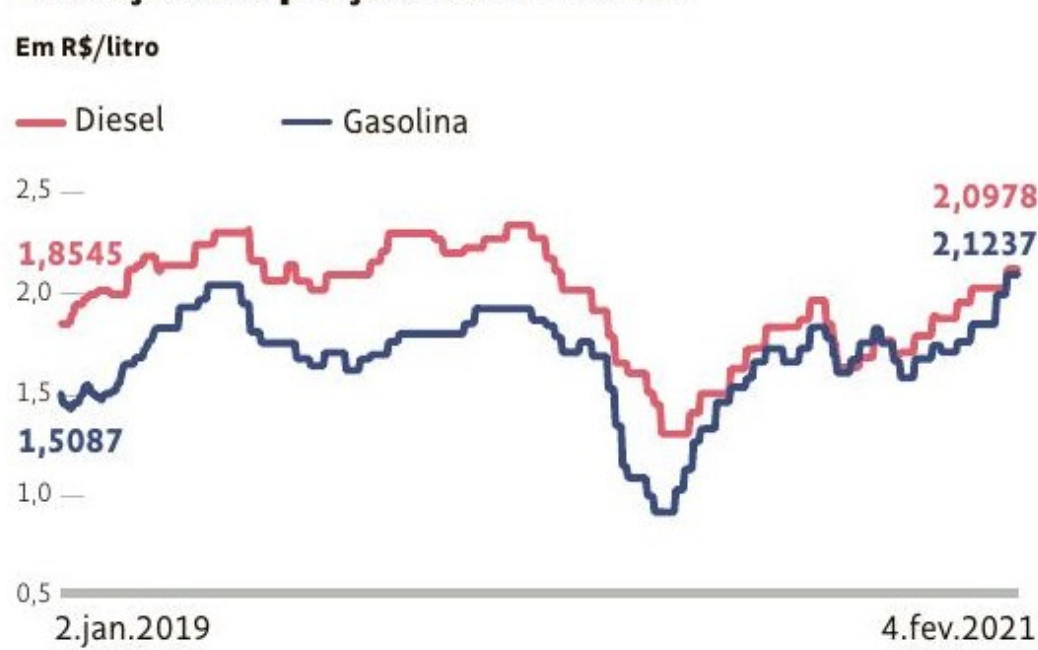
“Os estudos têm como objetivo conferir segurança jurídica e um rigoroso diálogo federativo, respeitando a autonomia dos entes, e oferecer uma solução que seja crível, juridicamente sustentável e, portanto, segura”, afirmou o advogado-geral da União (AGU), José Levi Mello do Amaral.

Outras medidas também são estudadas. O governo avalia diminuir o PIS e Cofins (tributos federais) aplicado a combustíveis, mas ressalta que é preciso uma forma de compensação para não infringir a Lei de Responsabil-

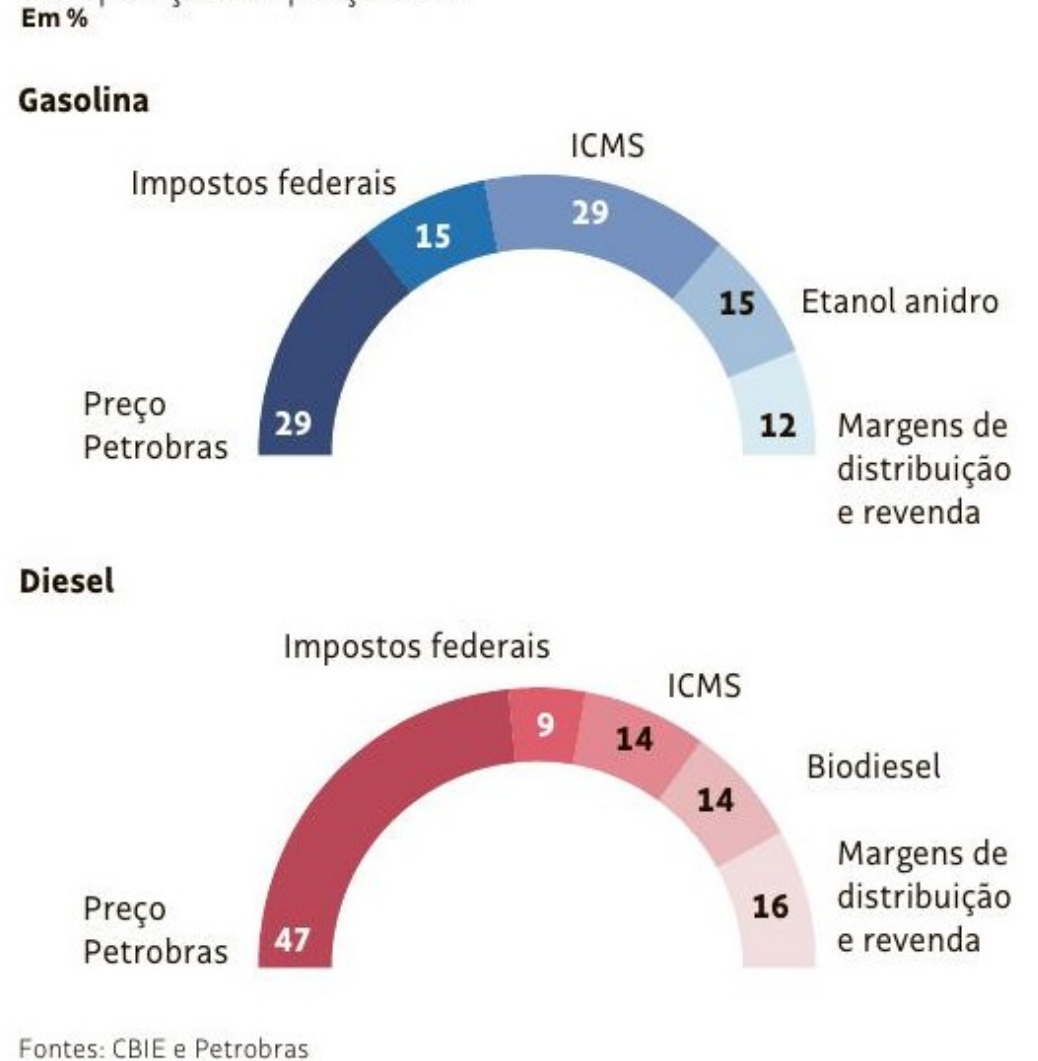


Jair Bolsonaro durante anúncio sobre projeto de mudar ICMS de combustíveis, ao lado de Paulo Guedes. Pedro Ladeira/Folhapress

Evolução dos preços nas refinarias



Composição do preço final



Fontes: CBIE e Petrobras

Ataques da estatal sobem após fala do presidente

As ações preferenciais (mais negociadas) fecharam em alta de 0,69%, e as ordinárias (com direito a voto), de 1,40%, em resposta às declarações de Bolsonaro de que o governo não interfere e não interferirá na empresa. O Ibovespa fechou em alta de 0,82% nesta sexta (5), aos 120.240 pontos. Na semana, acumulou alta de 4,50%, depois de cair nas últimas três. Nesta sexta, o índice foi impulsionado pela alta de 3,8% da Vale, com a valorização nos preços do minério de ferro por expectativas de melhora na demanda pela matéria-prima. O dólar fechou em queda de 1,19%, a R\$ 5,3840. Na semana, acumulou recuo de 1,68%. No ano, há ainda valorização de 3,75%.

de Fiscal. “A palavra compensação é exatamente compromisso com a responsabilidade fiscal. Tem que ter uma compensação”, afirmou Guedes. Segundo Bolsonaro, também é estudada alguma medida ligada ao preço do gás.

De acordo com a Fecomcombustíveis (Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes), o ICMS (imposto estadual) varia de 12% a 25% do preço do diesel.

Também são aplicados sobre o produto os impostos federais PIS e Cofins, que correspondem atualmente a R\$ 0,3515 por litro de diesel A e R\$ 0,1480 por litro de biodiesel.

Bolsonaro afirmou que o governo não vai interferir na política de preços da Petrobras e aproveitou para ressaltar que as medidas econômicas têm respaldo de Guedes — a não ser em caso de uma “questão

social gravíssima”.

“Tenho determinado ao Guedes, sempre converso com ele porque as decisões que tratam de economia obrigatoriamente têm que passar por ele. Jamais darei palpite na economia. A palavra final, eu sou o presidente, mas é dele. A não ser que apareça uma questão social gravíssima. Daí nós voltaremos a conversar com mais ministros para falar sobre essa política econômica”, disse Bolsonaro.

O governo avalia internamente a volta do auxílio emergencial para vulneráveis, principalmente após pressões do Congresso. A equipe econômica costuma ser resistente à medida, mas Guedes já admite seu retorno — embora em outros moldes e com a condição de haver compensações fiscais.

Guedes aproveitou para defender que a reforma tributária caminha na direção da desoneração. “O governo Bolsonaro vai reduzir e simplificar impostos, diminuir a interferência do estado na economia”, afirmou.

Até hoje, Guedes apresentou ao Congresso apenas a proposta que une PIS e Cofins na CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). Entre especialistas, são apontados cálculos de que o texto apresentado, na verdade, aumenta a carga tributária.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, afirmou que o governo, ao longo da atual gestão, nunca interferiu no preço dos combustíveis ou em qualquer outro assunto interno da empresa.

Ele ressaltou que a política de preços da empresa é influenciada pelo mercado global, assim como outras commodities, como minério de ferro, soja, café e açúcar. “Fazer diferente disso foi desastroso no passado”, disse.

Culpa dos reajustes é da Petrobras, dizem Fazendas estaduais

Bernardo Caram

BRASÍLIA Após o presidente Jair Bolsonaro anunciar que pretende mudar a cobrança de imposto estadual sobre combustíveis, o Comsefaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda) afirmou nesta sexta-feira (5) que a culpa pela alta de preços é da Petrobras, e não da tributação nos estados.

“Não houve ou há alteração, por parte dos estados, na incidência dos seus impostos ou na política e administração tributária dos combustíveis. Os expressivos aumentos nos preços dos combustíveis ocorridos a partir de 2017 não apresentam nenhuma relação com a tributação estadual. Foram frutos da alteração da política de gestão de preços por parte da Petrobras”, disse o Comsefaz em nota.

Desde outubro de 2016, a Petrobras passou a praticar preços internacionais. Em julho de 2017, a estatal decidiu que as alterações poderiam ser diárias, alegando que estava perdendo mercado para importações de companhias privadas.

Com a escalada do preço do petróleo e da taxa de câmbio, os frequentes reajustes passaram a ser questionados e motivaram a paralisação dos caminhoneiros em 2018, que levou o governo a conceder subsídios ao preço do diesel.

Os secretários de Fazenda afirmam que a volatilidade de preços é o real problema nessa área.

“Desde 2018, as Fazendas estaduais têm divulgado notas públicas sobre a necessidade de reparar as disfunções da atual política de preços.”

Proposta não reduziria os preços, afirmam especialistas

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A proposta de mudança no sistema de cobrança do ICMS sobre combustíveis enfrenta oposição dos estados e, segundo analistas, não traria impactos de curto prazo sobre os preços nos postos. Para o mercado, a tendência é que gasolina e diesel continuem pressionados durante o ano, diante da recuperação das cotações do petróleo.

A ideia, anunciada por Jair Bolsonaro como uma resposta à insatisfação dos caminhoneiros, não é nova: o próprio presidente já havia defendido as mudanças há um ano, quando as cotações do petróleo dispararam após o assassinato do general iraniano Qassem Soleimani.

Também é defendida pelo setor de combustíveis há anos, sob o argumento de que reduz os riscos de fraudes e garante maior previsibilidade aos preços.

Os estados, porém, são contra a ideia. “Não é cabível que o presidente da República queira vulnerabilizar o equilíbrio fiscal dos estados brasileiros transferindo a responsabilidade para os estados”, afirmou o governador de São Paulo, João Dória (PSDB).

Ele defendeu que, em São Paulo, o ICMS representa apenas 13% do preço final do diesel e sugeriu ao governo que mexa em impostos federais ou na própria Petrobras se quiser baixar os preços. Dória afirmou que, após a entrevista em que Bolsonaro anunciou a proposta, conversou com “diversos governadores” com posição contrária ao tema e ameaçou com ação conjunta para derrubar eventuais mudanças.

Para especialistas, a simples mudança na sistemática de cobrança do ICMS não impactaria os preços, já que, caso aceitem a proposta, os estados deveriam estabelecer alíquotas que mantenham os níveis de arrecadação.

“Os estados têm seus orçamentos e não estão com superávit. Na hora em que determinar um valor fixo [do ICMS], vão olhar para sua necessidade de caixa. Não acredito em imediata redução da carga tributária”, diz o Sérgio Araújo, presidente da Abicom (Associação Brasileira das Importadoras de Combustíveis).

Para os especialistas, os preços dos combustíveis seguirão pressionados pela recuperação das cotações internacionais do petróleo, que reagem às expectativas de retomada da economia com o avanço da vacinação contra a Covid-19 pelo mundo.

“De julho para cá, o petróleo Brent [referência internacional usada pela Petrobras] subiu quase 40%. E, para piorar, o real desvalorizou muita coisa”, comenta Adriano Pires, do CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura).

Lance Maior		IMPERDÍVEL LEILÃO DE VEÍCULOS EXTRAJUDICIAL ONLINE		10 e 11 DE FEVEREIRO DE 2021 ÀS 13H30		Informações: (11) 2366-9273	
Gerson A. Céglio - JUCESP: 822, Leiloeiro Oficial, por intermédio da plataforma Lance Maior Leilões, torna público, os Leilões de venda e arrematação dos veículos, conforme relação a seguir - Chassis:							
WDCTG5CW4HJ3120;	WPIAA2929CLA087;	WAUGFCF4XHA0032;	93W245H34E21394;				
WMWLN7102K2G704;	WMWYT110XH3D565;	JMYLVY97WBJA002;	9BR72ZEC4886941;				
WDDHF6FW9FB1486;	3AVFE81079RA176;	WBAVL3102BVN852;	9BD19512C02496;				
WBAXW710XF0G776;	SAJAA07Y491R357;	WVGSV65N9BW5438;	XTA210530R14725;				
VISITAÇÃO DOS LOTES: 3ª feira (09/02) das 9h às 17h e 4ª feira (10/02) das 9h às 12h - Local: Rua Doutor Ferreira Lopes, 148 Sabara, São Paulo/SP - Informações: E-mail: contato@lancemaiorleiloes.com.br - Tel: (11) 2366-9273 / 2366-9275 / 5665-8738 CONDIÇÕES: Os bens serão vendidos no estado em que se encontram e sem garantia. Débitos de IPVA, multas de trânsito ou de averbação que porventura recaiam sobre o bem, ficarão a cargo do arrematante, correndo também por sua conta e risco a retirada dos bens. No ato da arrematação o arrematante obriga-se a acatar, de forma definitiva e irrevogável, as normas e demais condições de aquisição informadas e aceitas no processo do seu cadastramento. ACESSE NOSSO PORTAL www.lancemaiorleiloes.com.br. FAÇA O SEU CADASTRO E DÉ SEU LANCE!							